

Um debate empobrecido

26 de Janeiro de 2001

Álvaro Vasconcelos

A Presidência da República declarou-se "totalmente satisfeita" com as explicações dadas por Guterres a Sampaio acerca das declarações de Castro Caldas. O ministro da Defesa aguenta-se, mas não deverá ser por muito tempo. Até por vontade própria.

Os efeitos colaterais das munições contendo urânio empobrecido sobre a população e sobre as tropas em missão não parecem ser graves, a crer nas Nações Unidas e na Organização Mundial de Saúde. A preocupação causada com a saúde dos soldados portugueses merece, porém, mesmo que seja infundada, atenção e completo esclarecimento, ao mesmo tempo que não se podem confundir os possíveis efeitos do urânio com o bem fundado da presença militar nos Balcãs. O que têm feito os adversários soberanistas da intervenção humanitária é uma amálgama indevida entre as munições usadas e a legalidade da intervenção no Kosovo. Outros, com muito mais influência na opinião pública e com responsabilidades na opção europeia de Portugal, fazem essa amálgama numa perspectiva soberanista europeia. Não há relação possível entre a legitimação pelas Nações Unidas de uma dada acção militar e os meios nela utilizados. Exemplo disso é a própria guerra do Golfo, operação executada com um mandato claro das Nações Unidas, onde foram disparados projecteis com urânio empobrecido e onde, como em todos os teatros de guerra, houve contaminação com uma enorme variedade de substâncias tóxicas altamente perigosas para a saúde. A guerra clinicamente pura é um contra-senso, parente próximo da estratégia de "guerra sem baixas" americana. Pode e deve, no entanto, proibir-se certas armas, como já se fez com as químicas e bacteriológicas, preservar os civis ao máximo (o que implica tolerar mais baixas entre os soldados) e tomar as precauções necessárias para proteger as tropas de intervenção. Na antiga Jugoslávia, tal como no Iraque, os efeitos colaterais do urânio ou de outras substâncias tóxicas devem ser tanto quanto possível eliminados. Quanto aos soldados enviados para os Balcãs, deveriam ter-se prevenido os seus efeitos, usando equipamentos protectores, para que pudessem cumprir a sua missão em locais eventualmente contaminados, tanto mais que o síndrome da guerra do Golfo era bem conhecido - ou devia ser - de todos os responsáveis militares dos países da NATO (embora as suas causas não sejam, regra geral, atribuídas em primeiro lugar à toxicidade do urânio mas de outros agentes, aliada à quebra de resistências causada pelo stress). Os temores que os efeitos do urânio agora suscitem, devidos sobretudo a uma política de informação incompleta e a conta-gotas, podem prejudicar o apoio público necessário à comunidade internacional, e muito particularmente à União Europeia, para socorrer populações em risco de genocídio - na Bósnia, no Kosovo ou em Timor, e amanhã sabe-se lá aonde. Para manter esse apoio é preciso um discurso não temeroso, estrategicamente inequívoco, e esclarecedor em relação à utilidade e aos riscos dos meios empregados. Não tem sido assim nos países onde a oposição à intervenção era originariamente maior: Portugal, Grécia e Itália. Poucos se saem bem do debate sobre o urânio empobrecido em Portugal: os governantes, porque não souberam, regra geral, enfrentar a onda de desconfiança afirmando simultaneamente a justeza da intervenção nos Balcãs e a importância da missão das Nações Unidas, cuja componente militar foi confiada à NATO, de que Portugal colhe benefícios e de que é co-responsável; a oposição pró-NATO, porque não foi coerente com o apoio claro que deu à intervenção e

tergiversou ao propor a suspensão do envio de tropas para a Bósnia. Salvo raras excepções, o discurso dos políticos dos partidos fundadores da democracia portuguesa, como foi manifesto durante a campanha presidencial, tem sido ambíguo e frouxamente defensivo perante os que, tendo-se oposto ontem à intervenção no Kosovo, fazem hoje a propaganda da retirada dos soldados portugueses dos Balcãs. Entre os opositores da intervenção domina o mesmo anti-americanismo, a pouca preocupação com os direitos fundamentais dos kosovares, a simpatia pelo nacionalismo de pequena potência que Milosevic representou e com o qual identificaram um Portugal que já não existe, periférico e atrasado. Não lhes foi contraposto sem ambiguidade que a Europa e a sua segurança são hoje o interesse fundamental do Portugal democrático. E que a retirada das tropas da Nato do Kosovo daria lugar à independência "sem sérvios" e a uma terrível crise envolvendo a Sérvia e a sua frágil democracia, cuja consolidação é fundamental para a paz na Europa. A política externa e de defesa portuguesa, com a vitória da democracia na crise de 1974/75, assentou na integração europeia e na NATO e numa relação, que se queria despida de nacionalismo de quinto império, com o mundo lusófono, encarado como componente dinâmica da nossa opção europeia. A intervenção na Bósnia foi a ruptura, esperava-se duradoura, com o alheamento em relação à segurança europeia, com a pesada herança africanista do salazarismo, com a sua interpretação neutralista das consequências da nossa participação na primeira guerra mundial e a sua enorme desconfiança da democracia americana e da comunidade europeia. Para os militares, a Bósnia fez parte do seu ajustamento às opções do Portugal integrado na Europa e activo nas Nações Unidas. Cinco anos passados, são as traves mestras da política de segurança portuguesa que estão abaladas e em perda de apoio público, aproximando-nos de países com fortes correntes nacionalistas e marginais no processo europeu. Assim se revela o peso que ainda tem o pensamento tradicional em matéria de política internacional e a sua apropriação por uma esquerda nacionalista, como também o perigo de, em matéria de política de defesa, fazer um discurso para consumo interno imediato, ditado pelas sondagens. As sequelas do debate sobre o urânio podem inverter o processo de europeização das nossas opções internacionais, que nos colocou em muitas questões no centro da construção europeia. Poderão desaparecer as condições públicas para Portugal vir a participar em operações militares da futura força de intervenção europeia ou da Nato. Ou pensarão os opositores da intervenção militar nos Balcãs que o "exército europeu" servirá apenas para paradas ou terá como terreno exclusivo de intervenção a África?

*Director, IEEI, Lisboa